



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E  
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2367 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)  
GT 02 - História da Educação

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO (1880-1899):** orientações positivistas no campo pedagógico.

Soraia Regiane Carlos - UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

## RESUMO

O presente estudo busca revelar a prática pedagógica do ensino da Língua Portuguesa dentro da Escola Normal de São Paulo entre 1880 e 1899, considerando o impacto das ideias inovadoras do positivista e intelectual Antônio da Silva Jardim, defensor da utilização de um método específico para o ensino da leitura e da escrita destinado a crianças, em sua atuação enquanto professor desta instituição de 1884 a 1887 nas disciplinas: Gramática e Língua Nacional, Pedagogia e Metodologia. Sendo assim, a pesquisa, em andamento, dedicar-se-á em analisar detalhadamente a 1ª cadeira Gramática e Língua Nacional, expondo as transformações promovidas nesse percurso, a partir da investigação e verificação dos programas de ensino, da seleção do material didático e da metodologia aplicada pelos professores que o antecederam e o sucederam dentro do recorte temporal delimitado.

Palavras-chave: Escola Normal. Silva Jardim. Ensino Língua Portuguesa.

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO (1880-1899):** orientações positivistas no campo pedagógico.

## RESUMO

O presente estudo busca revelar a prática pedagógica do ensino da Língua Portuguesa dentro da Escola Normal de São Paulo entre 1880 e 1899, considerando o impacto das ideias inovadoras do positivista e intelectual Antônio da Silva Jardim, defensor da utilização de um método específico para o ensino da leitura e da escrita destinado a crianças, em sua atuação enquanto professor desta instituição de 1884 a 1887 nas disciplinas: Gramática e Língua Nacional, Pedagogia e Metodologia. Sendo assim, a pesquisa, em andamento, dedicar-se-á em analisar detalhadamente a 1ª cadeira Gramática e Língua Nacional, expondo as transformações promovidas nesse percurso, a partir da investigação e verificação dos programas de ensino, da seleção do material didático e da metodologia aplicada pelos professores que o antecederam e o sucederam dentro do recorte temporal delimitado.

Palavras-chave: Escola Normal. Silva Jardim. Ensino Língua Portuguesa.

## ESCOLA NORMAL DE SÃO PAULO: PALCO DE INCURSÕES PEDAGÓGICAS

A Escola Normal de São Paulo era reconhecidamente uma instituição de relevância cultural na virada do século XIX para o século XX, embora tenha vivenciado em seu percurso fases distintas desde a sua inauguração em 1846<sup>1</sup>, consoante Monarcha (1999); inicialmente instalada em uma sala do edifício contíguo à Catedral da Sé, dedicou-se exclusivamente a preparação de jovens do sexo masculino com idade mínima de 16 anos, para a carreira do Magistério Primário, tendo o curso duração de dois anos e contemplando a seguinte estrutura curricular: Lógica, Gramática Geral e da Língua Nacional, Teoria e Caligrafia e Prática da Aritmética, Noções Gerais de Geometria Prática, Caligrafia, Princípios da Doutrina e da Religião do Estado, os Métodos e Processos de Ensino. Em 1866, diante do enfrentamento de diversas dificuldades, encerram-se as portas:

Tudo falta: regulamentos, uniformização de métodos didáticos, corpo de inspeção digno de nome, prédios escolares, material didático, compêndios, salários compatíveis com a importância do cargo, servidores do Estado, mestres qualificados, famílias responsáveis, discípulos dedicados. Tudo falta: o governo provincial, o provincial, o professor de primeiras letras, a sociedade. Mas, principalmente, falta a Escola Normal, pois é incapaz de responder às urgências sociais, culturais e políticas de sua época. (MONARCHA, 1999, p. 44).

A década de 70 marca as transformações da cidade de São Paulo que deixa para trás o seu caráter de “burgo de estudantes” no dizer de Bruno (1991), para projetar-se no moderno. O trem abre novas fronteiras comerciais, nele o café escoa mais facilmente aumentando a lucratividade e, para garantir a sua produção, incentiva-se a imigração de europeus em substituição à mão-de-obra escrava. Além desses o progresso ainda atrai os ricos lavradores de café, surgem as primeiras indústrias e com elas a mão de obra assalariada; a província de São Paulo alarga-se em dimensões e amplia-se em contingente populacional – da cidade advém a ideia de civilidade – segundo Monarcha (1999), resta ao estado a formulação de uma reforma urbana capaz de dirimir a distância social entre o “bárbaro e o civilizado”, atendendo aos anseios e necessidades da época:

O administrador público empreende a reforma das instituições destinadas a salvaguardar a ordem moral e procede à revisão das instituições destinadas à assistência e promoção social: preocupa-se com a punição dos infratores da lei, com a saúde física e mental dos enfermos e com a regeneração de condutas. Mobiliza energias e realiza ações voltadas para: cadeia pública, hospício dos alienados, leprosários e instrução pública, inaugurando a Escola Normal, tornando a educação obrigatória, e fundando o Instituto de Educandos e Artífices, inspirado nas organizações militares. Promove, assim, a especialização de cada função concebida como autárquica força solidária, objetivando reforçar as fronteiras internas da cidade. (MONARCHA, 1999, p. 69).

A Escola Normal de São Paulo retoma as atividades em 1875<sup>2</sup>, instalada provisoriamente na Faculdade de Direito, atendendo ainda ao propósito de habilitar profissionais para o magistério da instrução pública, conforme Monarcha (1999). Fará jus à matrícula o candidato que atender aos critérios estabelecidos: ser maior de 16 anos, que saiba ler, escrever e contar, comprove moralidade, não sofra de doença contagiosa, não seja portador de deficiência física que o incapacite para a profissão, acrescido do pagamento da taxa de 10\$000 à Coletaria Provincial. Seguem-se mais duas alterações nos anos subsequentes<sup>3</sup>, contendo de forma mais detalhada as novas exigências às quais os candidatos serão submetidos, possibilitando também maior abrangência do instituto. Ausente na lei do orçamento provincial e desprovida de recursos próprios, a Escola Normal de São Paulo é fechada novamente em 30 de junho de 1878. De acordo com Villela (2011), situações semelhantes a essa se repetiam em outras Escolas Normais do Brasil.

A Escola Normal de São Paulo é reaberta em definitivo no ano de 1880<sup>4</sup>, em meio às questões que assolam o Segundo Reinado, a fim de criar e normatizar as escolas primárias e garantir-lhes método eficiente, trabalho pedagógico organizado, professores preparados à instrução pública. Rodrigues (1930) explica que é neste período que a Escola Normal de São Paulo adquire visibilidade, pois se utiliza com maior intensidade da imprensa da época, não só para divulgação de novas práticas de ensino, mas também para apresentar as concepções políticas defendidas por parte de alunos e professores.

#### TESTEMUNHO DA INTELLECTUALIDADE: SILVA JARDIM

Passaram por lá nomes importantes não só da vida paulista, tendo a Escola Normal de São Paulo atuado como principal polo disseminador de modelos educacionais, numa confluência de ideias, assumindo novas feições. Segundo Monarcha (1999):

Os sujeitos esclarecidos [...] Empenham-se, arduamente, na separação entre esfera pública e esfera privada, buscando modernizar a ação do Estado patrimonial, através da criação de instituições destinadas a incorporar segmentos sociais autogovernados e dotados de cultura própria. (p. 114).

A Escola Normal é composta por um corpo docente de “livres-pensadores” e alunos que também atuavam politicamente, “a escola era um espaço de disputa de poder e não apenas objeto de intervenções políticas” (DIAS, 2013, p. 68).

Desta forma, a Escola Normal de São Paulo reabre em 1880 com um regime próprio e autônomo, não estando subordinada a Inspeção Geral da Instrução Pública e, seguindo parâmetros correlatos, a figura do professor público assume papel de destaque, sobretudo, os positivistas e republicanos que, de acordo com Monarcha (1999):

Concebem o ofício do magistério de uma outra perspectiva: o professor deixa de ser exegeta – intérprete de texto – e se faz um pensador. Utilizando-se da exposição doutrinária, colocam em questão o mundo e produzem uma outra imagem da sociedade; problematizando e criando soluções. (p. 144)

Nesse contexto, insere-se Antônio da Silva Jardim (1860-1891), nascido em Capivari, no Estado do Rio de Janeiro, filho de Gabriel da Silva Jardim, professor e agricultor, que “mantinha uma modesta escola primária na vila de São João da Barra” (DIAS, 2013, p. 126).

Concluído o ensino primário e secundário, conforme Guzzo (2003), muda-se para São Paulo em março de 1878, onde se matricula no curso de Direito do Largo São Francisco.

Ainda no primeiro ano em São Paulo, Silva Jardim é apresentado ao Dr. Inglês de Sousa, diretor da *Tribuna Liberal*, "órgão monarquista, encarregando-o da revisão e de uma seção puramente literária" (QUEIROZ, 1967, p. 44), chamada *Filipinas*. Apesar de se encontrar em jornal contrário aos anseios republicanos ao qual já demonstrava simpatia, considerava-se ali, diante a função executada, apartidário, pois se restringia a discutir apenas temas de ordem literária. O próprio Dr. Inglês de Sousa convida-o a trabalhar como professor de português do Curso Anexo à Escola Normal na seção masculina.

Dentre os professores, Silva Jardim destaca-se ao fazer uso das mesmas práticas inovadoras utilizadas no curso preparatório anexo à escola Normal de São Paulo, na seção masculina, entre 1880 e 1882. Conforme declara Dias (2013):

Silva Jardim implantou na Escola Normal o mesmo método de ensino da Língua Portuguesa que utilizava em suas aulas da seção masculina do Curso Anexo, introduzindo a leitura de noticiários de jornais, seguida dos respectivos comentários, além de exercícios de locução e leitura expressiva e a interpretação do texto lido, em substituição à costumeira análise gramatical e lógica dos textos dos compêndios. Seu objetivo era fazer com que alunos deixassem de lado as preocupações gramaticais e concentrasse o melhor de seus esforços em ensaios de produção literária. (p. 130).

Em 1883, Silva Jardim assume o cargo de professor da 1ª cadeira Gramática e Língua Nacional mediante aprovação no concurso público da Escola Normal de São Paulo, ministrando também as aulas da 4ª cadeira de Pedagogia e Metodologia após exoneração do Dr. Lapa Trancoso. No exercício dessa nova função Antônio da Silva Jardim "desbanca", no dizer de Dias (2013), o uso da silabação para o ensino da língua a crianças em defesa do método e da *Cartilha maternal* de João de Deus.

Defensor da aplicação de novos métodos pedagógicos para o ensino da Língua Portuguesa, Silva Jardim atua significativamente dentro da Escola Normal, espaço apto e propício a discussões pedagógicas da época, sobretudo por ser reconhecidamente uma instituição de relevância na província de São Paulo e por atuar diretamente em seus desígnios educacionais. Ao acompanhar a trajetória de Silva Jardim dentro da escola Normal, Reis Filho (1995) acrescenta:

Desde então, a Escola Normal de São Paulo passou a desempenhar papel de relativa importância da inovação dos processos de ensino. A ampliação de seu plano de ensino, enriquecido com um elenco de matérias científicas e com três anos de duração possibilitava uma melhor formação geral ou propedêutica do futuro professor primário. Por outro lado, a atuação de alguns professores renovava em suas disciplinas os métodos de ensino. É o caso de Silva Jardim. (p. 152).

Antônio da Silva Jardim conflui em si ainda o homem abolicionista e republicano, gérmen de suas concepções e atuação política, propagandista e defensor de suas crenças, compartilha com Benjamin Constant, José Veríssimo, Júlio de Mesquita, Luiz Pereira Barreto, Prudente José de Moraes Barros, Quintino Bocaiúva, Rangel Pestana, Silvio Romero, Tobias Barreto, em igualdade de condições a posição de intelectual, não estando à mercê do seu tempo, conforme salientado por Monarcha (2016):

A essa geração de ânimo alterado, nela processava-se a intelectualidade dos processos conflitivos (e emocionais) – bacharéis, escritores, juristas, médicos, militares, políticos, professores, em suma, mestres-pensadores contemporâneos não só dos êxitos da ciência convertidos em técnicas aplicadas, mas também das tempestades sociais –, coube impulsionar a análise dos descaminhos da fórmula monárquica e, nalguma medida, suportar o afluxo das campanhas abolicionistas e republicanas. Transluzidas, as escolhas cientistas não se reduzem às modas intelectuais do momento ou a entusiasmos doutrinários passageiros, ao contrário, alicerçam-se projetos de intervenção na vida cultural e política. (p. 65).

Ao conduzir a defesa de suas convicções, para Mortatti (2000, p. 43), Antônio da Silva Jardim enfatiza a "região do pensamento teórico: a educação", fazendo uso de um discurso mais sistematizado,

Visando a concretização do "sentido moderno da educação", resultante de uma "teoria de educação positiva", formulada pelo comtismo e apresentada como meio de ação e "única chance de viabilizar a reforma espiritual da sociedade", Silva Jardim defende uma educação útil, prática e racional e aplica ao estudo dos métodos de ensino o princípio de "concertar melhorando". (MORTATTI, 2000, p. 43).

As divergências políticas não ficavam, assim, fora dos muros da escola Normal. Professores conviviam com as divergências internas acirradas pelas disputas de poder, não estando, portanto, imunes a tudo isso.

Com a intensificação da propaganda positivista, em São Paulo na década de 1880, há um acirramento na disputa ideológica no interior da escola Normal de São Paulo. Os professores positivistas ortodoxos – Silva Jardim, Godofredo Furtado e Cypriano de Carvalho – entram em confronto aberto com a burocracia monárquica e eclesástica, objetivando neutralizar a onda ultramontana e modificar o padrão de formação de professores primários. Confrontam-se Religião do

Estado/Burocracia do Estado e Religião da Humanidade, e disputa-se a posse e a condução do poder espiritual e do destino da cidade. (MONARCHA, 1999, p. 137).

Para neutralizar a influência sobre o padrão de formação de professores primários, os professores positivistas conflitam com o Sr. José Estácio Correa e Sá – diretor da Escola Normal de São Paulo – valendo-se da “autonomia didático-pedagógico” MONARCHA (1999, p.138), recusam-se a utilização de compêndios, optando por preleções acadêmicas coerentes com suas convicções doutrinárias. Com o crescente acirramento das divergências internas, Antônio da Silva Jardim decide exonerar-se da Escola Normal de São Paulo em 1886.

## LÍNGUA PORTUGUESA E CADEIRA ESCOLAR

No processo de oficialização da Língua Portuguesa, outras línguas se calaram: primeiro as línguas indígenas (quase duzentas), depois as línguas dos imigrantes. Silva (2002), quanto a isso, apresenta a seguinte reflexão:

Esse projeto político de disciplinar uma língua, delimitando-a e configurando-a como nacional – que a Nação fala e que a escola deve ensinar e o indivíduo deve aprender para ser um cidadão – implica relações complexas entre conhecimento linguístico e poderes institucionais a serem analisados e compreendidos. (p. 88).

Logo, determinar o que é preciso ensinar compreende um desafio aos republicanos que veem na escola um instrumento imprescindível à construção do homem cidadão. A Língua Portuguesa é instrumento de identidade nacional? Essa e outras questões estão imersas nos problemas socioculturais e políticos que emergem junto ao progresso, ao crescimento repentino e desequilibrado da cidade que convive em condições diametralmente opostas: os barões do café, nascidos do excedente da riqueza do capital cafeeiro, agora prósperos banqueiros, comerciantes e industriais; o povo, formado por artesãos, imigrante e ex-escravos, único herdeiro do agravamento dos problemas sociais da nação em formação. Mortatti (2004) assim avalia o momento em questão:

Com a proclamação da República, em 1889, intensificou-se a necessidade de intervenção institucional na formação dos cidadãos, sobretudo das novas gerações, por meio da educação e da instrução primária, com o objetivo de reverter o “atraso do Império” e fundar uma “civilização nos trópicos”. Concomitantemente, intensificou-se também a necessidade de se implementar o processo de escolarização das práticas culturais da leitura e escrita, entendidas, do ponto de vista do projeto político liberal, como agente de “esclarecimento das massas” e como fundamentos da nova ordem política, econômica e social desejada” (p. 54).

A Escola Normal de São Paulo, ao ser reaberta em 1880, carrega consigo as questões do seu tempo e vivencia a efervescência pedagógica para o ensino da língua, sobretudo, na voz de Antônio da Silva Jardim que analisa, implanta e exporta novos modelos educacionais.

A hipótese aventada pelo presente instrumento de pesquisa é a de que a presença desse intelectual, dentro da Escola Normal de São Paulo, tenha alterado as concepções de ensino da Língua nessa instituição, irradiando o seu legado cultural àqueles que o substituíram.

Para elucidar tal hipótese, este estudo propõe-se em reconstruir a trajetória do ensino da Língua Portuguesa de 1880 a 1899, perpassando pela transição do Império para a República, os docentes da 1ª cadeira - Gramática e Língua Nacional, no intuito de verificar avanços ou retrocessos aplicados ao ensino da Língua Portuguesa na Escola Normal de São Paulo, a partir da análise dos programas de ensino, a seleção do material de estudo e leitura de cada professor, dando-nos um panorama de suas concepções pedagógicas.

Conforme Dias (2013), excetuando Antônio da Silva Jardim já mencionado anteriormente, encontram-se dentre os docentes dessa cadeira, seguidos do respectivo período de atuação na Escola Normal de São Paulo: Vicente Mamede de Freitas (1880 a 1882), Theóphilo Odórico Dias de Mesquita (1882), Joaquim da Costa Guedes (1883), Júlio César Ribeiro (1886), Carlos Joaquim dos Reis (1887 a 1897), Manoel Cyridião Buarque (1898-1899).

Diante da efervescência cultural propagada nesse período, acompanhar a implantação do método apontado como mais adequado ao ensino da Língua Portuguesa dentro da Escola Normal de São Paulo – instituição de relevância ímpar para a história da educação – sintetiza o resultado das disputas internas travadas mediante as concepções de ensino da língua, funções e finalidades, defendidas por aqueles que por muito tempo atuaram decisivamente sobre os caminhos percorridos pela educação, incidindo diretamente na prática pedagógica do ensino da Língua Portuguesa nas escolas públicas primárias do estado no final do século XIX.

## NOTAS

<sup>1</sup> Lei Provincial nº 34, de 16 de março de 1846.

<sup>2</sup> Lei Provincial nº 9, de 22 de março de 1874.

<sup>3</sup> Lei Provincial nº 55, de 30 de março de 1876; Regulamento de 5 de janeiro de 1877.

<sup>4</sup> Lei Provincial nº 130, de 25 de abril de 1880.

## REFERÊNCIAS

BRUNO, E. S. **História e tradições da cidade de São Paulo**. Volume III. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

DIAS, M. H. **Professores da Escola Normal de São Paulo (1846-1890): a história não escrita**. Campinas: Alínea, 2013.

GUZZO, M. A. D. **Silva Jardim**. São Paulo: Ícone, 2003.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes** – Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. **A instrução pública nas vozes dos portadores de futuros (Brasil – séculos XIX e XX)** Uberlândia: EDUFU, 2016.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização: (São Paulo/ 1876-1994)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação e Letramento**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

QUEIROZ, M. V. de. **Paixão e morte de Silva Jardim**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

REIS FILHO, C. **A educação e a ilusão liberal: origens do ensino paulista**. Campinas: Autores Associados, 1995.

RODRIGUES, J. L. **Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930.

SÃO PAULO, Lei Provincial nº 34, de 16 de março de 1846. Disponível em:  
<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1846/lei-34-16.03.1846.html>> Acesso em: 06/11/2017.

SÃO PAULO, Lei nº 9, de 22 de março de 1874. Disponível em:  
<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1874/lei-9-22.03.1874.html>> Acesso em: 06/11/2017.

SÃO PAULO, Lei nº 55, de 30 de março de 1876. Disponível em:  
<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1876/lei-55-30.03.1876.html>> Acesso em: 06/11/2017.

SÃO PAULO, Regulamento de 5 de janeiro de 1877. Disponível em:  
<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1876/lei-55-30.03.1876.html>> Acesso em: 06/11/2017.

SÃO PAULO, Lei nº 130, de 25 de abril de 1880. Disponível em:  
<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1880/lei-130-25.04.1880.html>> Acesso em: 06/11/2017.

SILVA, M. V. da. Colégios do Brasil: o Caraça. *In*: ORLANDI, E. ; Guimarães, E. (Org.) **Institucionalização dos estudos da linguagem**: a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas: Pontes, 2002.

VILLELA, H. A. O mestre-escola e a professora. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.) **500 anos de educação no Brasil**. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.